



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
ESTADO DE MINAS GERAIS

\*\*\*\*

PROJETO DE LEI N. 254 /2023

**“Autoriza os estabelecimentos responsáveis pela produção, pelo fornecimento, pela comercialização, pelo armazenamento e pela distribuição de gêneros alimentícios, sejam eles industrializados ou in natura, a doarem o seu excedente a pessoas físicas ou jurídicas, sem necessidade de licença prévia ou autorização do Executivo Municipal”.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, com base no art. 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Ficam os estabelecimentos responsáveis pela produção, pelo fornecimento, pela comercialização, pelo armazenamento e pela distribuição de gêneros alimentícios, sejam eles industrializados ou in natura, autorizados a doar o seu excedente a pessoas físicas ou jurídicas, sem necessidade de licença prévia ou autorização do Executivo Municipal, desde que atendam aos seguintes critérios:

**I** – os alimentos devem estar dentro do prazo de validade, em condições próprias para o consumo, e devem ser observadas as suas condições de preservação e mantidas as suas propriedades nutricionais;

**II** – as normas sanitárias devem ser obedecidas pelo estabelecimento doador; e

**III** – a doação deve ser livre de encargo, salvo o relativo à cobrança de custos para o transporte do produto ao seu destinatário final, se assim for acordado entre o doador e o beneficiário. Parágrafo único. Cabe ao Executivo Municipal fiscalizar o cumprimento dos critérios estabelecidos neste artigo.

**Art. 2º** – Presume-se de boa-fé a doação realizada conforme o disposto nesta Lei, devendo o Executivo Municipal, para fins de apuração da responsabilidade administrativa, demonstrar a existência de dolo específico de dano à saúde de outrem.

**Art. 3º** – Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, em 26 de setembro de 2023.

Eunice Maria Mendes  
Vereadora Proponente

## **JUSTIFICATIVA**

Um estudo de 2020, realizado pela Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –, revelou que cada família brasileira descarta aproximadamente 128,8 kg de alimentos por ano. Um número bastante significativo, que coloca o Brasil entre os países que mais desperdiçam comida no mundo. Mais preocupante ainda quando comparamos ao número de brasileiros que sofrem com a insegurança alimentar que, de acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — somam mais de 22% da população que não se alimenta regularmente.

Desperdício de alimento é um conceito de definição abrangente, que considera todos os tipos de perda que ocorrem na cadeia produtiva do alimento, que vai da produção, passando pelo transporte e o armazenamento até chegar à mesa do consumidor, etapa em que o alimento passa a ser uma responsabilidade de cada cidadão. Se nas três primeiras etapas citadas, as medidas para evitar o desperdício ou a perda de alimentos dependem de ações e investimentos dos setores público e privado, na última, que trata do consumo as soluções são bem mais simples e partem única e exclusivamente da conscientização das pessoas.

Diante deste quadro, tomam-se imprescindíveis não só a conscientização da própria população sobre a necessidade de novos hábitos de consumo, como a adoção de medidas que evitem esse desperdício também de estabelecimentos responsáveis pela produção, pelo fornecimento, pela comercialização, pelo armazenamento e pela distribuição de gêneros alimentícios. Por esta razão a propositura ora apresentada visa propiciar a destinação adequada dos alimentos excedentes a pessoas físicas e jurídicas sem necessidade de licença prévia ou autorização do Executivo Municipal. A medida tem como objetivo principal coordenar ações voltadas à prevenção e redução das perdas e desperdício de alimentos.

A iniciativa relativa ao tema já foi introduzida pelo reconhecimento do direito humano à alimentação, em consonância com o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU – 1948) e com o artigo 6º da Constituição Federal de 1988; além da Estratégia Intersectorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil elaborada pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) — órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional SISAN com vistas a garantir o direito humano à alimentação adequada.